



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 23 de janeiro de 2023

Tribunal de Contas Europeu audita garantias do Estado de direito no financiamento da União Europeia

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) está a começar a auditar se a Comissão Europeia é eficaz a proteger os interesses financeiros da União Europeia (UE) contra violações do Estado de direito nos Estados-Membros. O TCE vai avaliar os passos que o executivo da UE deu para garantir que os países só recebem financiamento dos cofres da União se respeitarem o Estado de direito. A auditoria vai centrar-se na política de coesão da UE e nos fundos para a recuperação da pandemia de COVID-19.

"As violações do Estado de direito, por exemplo casos de corrupção não investigados devidamente ou problemas com a independência do poder judicial, podem ter implicações financeiras graves na UE. Estas situações podem fazer com que os Estados-Membros apliquem o dinheiro da União de forma indevida", alerta Annemie Turtelboom, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Com a nossa auditoria, vamos concluir se a Comissão utiliza eficazmente as ferramentas que tem ao dispor para proteger o orçamento da UE contra violações do Estado de direito, sobretudo em relação aos fundos de coesão e para a recuperação da pandemia", acrescenta.

O Estado de direito é um dos valores fundamentais da UE. Significa que todos os membros da sociedade estão sujeitos à lei de forma igual, que os tribunais funcionam de forma independente e imparcial e que existe separação de poderes. Para garantir que os Estados-Membros respeitam este valor, a UE desenvolveu uma combinação de ferramentas e mecanismos jurídicos, financeiros e de controlo, em que se incluem o mecanismo de cooperação e de verificação, os processos por infração e os relatórios anuais sobre o Estado de direito. Além disso, em 2020 definiu regras para proteger a boa gestão financeira do orçamento da União como um todo. Estas regras obrigam, em certas condições, à suspensão, redução ou limitação do acesso dos países ao financiamento da União, nos casos em que ocorram violações graves do Estado de direito. Até agora, estas medidas de proteção só foram usadas em relação à Hungria (em dezembro de 2022), que enfrentará uma suspensão de 55% das verbas que lhe eram devidas em três programas de coesão da UE. As regras financeiras dos fundos de coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR, que representa o grosso do pacote de recuperação lançado pela União) permitem outros mecanismos de garantia do Estado de direito.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens da Antevisão de Auditoria do Tribunal de Contas Europeu, disponível em eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

A auditoria vai centrar-se em três áreas de proteção dos interesses financeiros da UE contra violações do Estado de direito: a aplicação pela Comissão do Regulamento Condicionalidade (que estabelece condições para a proteção do orçamento da União), as regras aplicáveis aos fundos de coesão no período de 2021-2027 e as do MRR.

A auditoria vai cobrir a intervenção da Comissão numa amostra de seis países: Bulgária, Grécia, Itália, Hungria, Polónia e Roménia.

Informações de contexto

A Comissão Europeia é responsável por detetar e dar resposta a possíveis violações do Estado de direito nos Estados-Membros. O Conselho da UE, que reúne os governos dos Estados-Membros, tem de aprovar as medidas de proteção propostas pela Comissão segundo o Regulamento Condicionalidade, bem como etapas e metas específicas para corrigir as falhas a este respeito no âmbito do MRR. Se estes princípios não forem respeitados, a Comissão também pode bloquear o reembolso das despesas de coesão. Além disso, o Parlamento Europeu pode abordar questões relacionadas com o Estado de direito durante o processo anual para a aprovação da gestão do orçamento da UE pela Comissão (a chamada "quitação").

O orçamento a longo prazo da União vai conceder 1 211 mil milhões de euros entre 2021 e 2027, dos quais 361 mil milhões de euros dizem respeito aos fundos de coesão. Além disso, o pacote financeiro do Instrumento de Recuperação da União Europeia vai disponibilizar 807 mil milhões de euros aos países da UE entre 2021 e 2026, dos quais 724 mil milhões de euros através do MRR.

A antevisão de auditoria 01/2023 sobre *o Estado de direito e a ação da Comissão para proteger os interesses financeiros da UE na política de coesão e no MRR* está disponível em inglês no [sítio Web do TCE](#). As antevisões de auditoria baseiam-se nos trabalhos preparatórios realizados antes do início da auditoria. Não devem ser consideradas observações, conclusões ou recomendações de auditoria. O relatório de auditoria deverá estar concluído no prazo de cerca de um ano.

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Damijan Fišer damijan.fiser@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 621 552 224
- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502